




Felipe Rodrigues de Souza Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil souzza.fr@gmail.com www.orcid.org/0000-0002-9791-8998**A simbiose entre a lembrança e o esquecimento:**considerações acerca de uma política de memória na revista *Semana Ilustrada***RESUMO**

A compreensão em torno da noção de “memória” ganhou novas percepções a partir de análises mais recentes, percebendo-a não apenas limitada ao âmbito do armazenamento, ideia fortemente defendida ao longo da história, mas inserindo-a numa relação entre o ato de recordar e o próprio esquecimento, sendo ela, portanto, uma construção seletiva. Pensando a construção de memórias coletivas, compreende-se a imprensa enquanto produtora de políticas de memória que buscam legitimar as visões de mundo consideradas ideais por determinado grupo. Este artigo busca traçar um debate acerca da “memória” e das políticas de memória atreladas às políticas de esquecimento e, a partir do exemplo da revista *Semana Ilustrada*, evidenciar que a imprensa objetivou construir memórias acerca dos eventos tal logo eles ocorreram durante a Guerra do Paraguai, visando garantir a legitimidade do conflito frente a sociedade brasileira do século XIX.

Palavras-chave: Memória. Imprensa. Esquecimento.**The symbiosis between remembering and forgetting: considerations about a memory policy in *Semana Ilustrada* magazine.****ABSTRACT**

The comprehension of the notion of “memory” has gained new insights from more recent analyses, not only limited to the realm of storage, an idea strongly defended throughout history, but inserting it into a relationship between the act of remembering and forgetting itself, which is therefore a selective construction. Thinking about the construction of collective memories, we understand the press as a producer of memory policies that seek to legitimize worldviews considered ideal by a certain group. This article aims to foster a debate about ‘memory’ and memory policies linked to forgetting policies and, using the example of the magazine *Semana Ilustrada*, to highlight that the press aimed to construct memories of events as soon as they occurred during the Paraguayan War, in order to ensure the legitimacy of the conflict in the eyes of 19th century Brazilian society.

Keywords: Memory. Press. Forgetting.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história ocidental perdurou dentre os pensadores a ideia de que a memória estaria pura e simplesmente limitada ao campo do armazenamento de informações. Com a intensificação dos debates acerca da sua amplitude, por sua vez, tornou-se notório que ela, pensando no ato de relembrar o vivido, não está desgarrada do esquecimento (Assman, 2011; Candau, 2013; Ricouer, 2007). A memória, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, seria, portanto, seletiva. Nessa perspectiva, as políticas de memória, enquanto resgates do passado realizados por meio dos chamados “ritos de recordação”, como conceituou Catroga (2001), estariam sempre ligadas também às políticas de esquecimento (Hyussen, 2014).

Assim, torna-se necessária a compreensão de que essas políticas de memória (e de esquecimento) não se esgotam na tentativa de se reconstruir um passado longínquo, mas podem ser construídas imediatamente após um determinado evento ou até mesmo durante a sua ocorrência. Podemos destacar um momento bastante emblemático na História do Brasil, que diz respeito aos acontecimentos que se desenrolaram a partir do alvorecer da Guerra do Paraguai (1865-1870). Imediatamente após a invasão das tropas paraguaias ao Mato Grosso, as páginas dos jornais da época foram preenchidas pelas novidades em torno do conflito, que se avolumaram durante os anos iniciais, construindo infundáveis representações acerca do ocorrido. Notadamente, trata-se de um contexto particularmente importante, sobretudo quando nos debruçamos a apreender a criação de narrativas que visavam construir memórias acerca do vivido com a finalidade de garantir a adesão da população à causa da guerra.

Aleida Assman (2011, p. 54) nos mostra que a partir do momento em que a imprensa passa a ser o principal meio de comunicação¹, “a escrita criou novos espaços de recordação”, tirando o monopólio que outrora estava nas mãos da Igreja e da Corte. Constrói-se o que a autora veio a chamar de “novas lutas de poder em torno da recordação”, demonstrando aquilo que Pollak (1992, p. 205) também evidenciou ao afirmar que “[...] a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”. Portanto, a imprensa é, sem dúvidas, um campo de disputas em torno da construção de uma memória nacional que se objetivava construir ao longo do

¹ No caso brasileiro, isso ocorre especialmente após a transferência da Corte para ao Trópicos em 1808 e se intensificará, sobretudo, a partir dos debates que se aflorarão com a abdicação de D. Pedro I (1831) e o início do período Regencial (1831-1840), quando a imprensa se tornará de opinião e acabará por ganhar um papel de extrema relevância, atuando sobre a política e influenciando sobre os aspectos culturais da sociedade do Oitocentos. Cf: Morel, 2009.

século XIX, com vistas a possibilitar a coesão de uma sociedade que ainda não havia despertado um sentimento verdadeiramente nacional.

Para evidenciarmos isso, nos debruçaremos sobre as notícias divulgadas pela revista *Semana Illustrada* (1860-1876), que trabalhou de maneira a noticiar os acontecimentos no campo de batalha durante a Guerra do Paraguai, contribuindo para a construção da imagem do inimigo e em defesa da pátria. Fundada em 1860 pelo prussiano Henrique Fleiuss, utilizava-se do lema “*ridendo castigat mores*” (rindo castigam-se os costumes) exatamente para criticar os costumes e os valores da elite do Rio de Janeiro. Numa combinação de textos e charges, buscava trazer um tom humorístico para os acontecimentos e, embora fosse possuidor de um tom crítico, não objetivava a ofensa, evitando confrontações diretas com particulares. Ao receber o título de “Imperial” em 1863, o Instituto Artístico dos irmãos Fleuss & Linde, que deu origem à revista, evidenciou a notória ligação política dos seus editores, pois para alcançar tal realização “era preciso que o proprietário estivesse ética e moralmente de acordo com os preceitos do Império” (Santiago, 2017, p. 30).

Assim, buscaremos apreender os debates em torno da noção de memória e das políticas de memória e de esquecimento, demonstrando, por meio de uma análise crítica, de que maneira a revista atuou nos primeiros anos da guerra contra o Paraguai, percebendo a imprensa num processo dialético com a realidade, pois, de acordo com Márcia Janete Espig (1998, p. 277) ao mesmo tempo em que ela exterioriza um “determinado discurso criador de significados”, se vê limitada pelo contexto social, ou seja, “seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se sem sentido”.

2 A MEMÓRIA E AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA

2.1 Armazenar e recordar

Jorge Luis Borges (1999), em seu conto “Funes, o memorioso”, aborda uma problemática que pode se encontrar na mente dos mais diferentes indivíduos e está pautada nos questionamentos em torno da memória e nas dificuldades que, sobretudo a partir da infinidade de estímulos presentes nas sociedades modernas, os homens e as mulheres possuem de guardar as recordações de maneira ilimitada. O uruguaio Irineu Funes, personagem central da obra, não tergiversa ao assumir que “mais recordações tenho eu sozinho do que as tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo” (Borges, 1999, p. 121). É a partir desta lógica que o conto evidencia um sujeito possuidor de uma memória cuja singularidade estava em carregar consigo os mais diversos pormenores de sua vida, sugerindo

uma mente capaz de afastar o esquecimento, garantindo uma insólita reconstrução do seu passado.

Poderíamos cair no equívoco de considerarmos este um talento invejável, não fosse por todos os problemas corolários desta enigmática característica. Funes é descrito pelo narrador como um "solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente exacto", que carregava consigo "a pressão de uma realidade tão infatigável como a que, dia e noite, convergia" sobre ele (Borges, 1999, p. 124). Tratava-se de uma vida insuportável, imersa num oceano de informações inúteis que lhe dava a capacidade de decorar, mas lhe roubava a possibilidade de pensar, pois "pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair" e no "abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos" (Borges, 1999, p. 125).

Cabe, nesse sentido, trazermos luz a alguns aspectos relacionados aos estudos do campo da memória, que impreterivelmente nos conduz a abordar aquela elaboração construída pela Aleida Assman (2011) no que diz respeito à memória enquanto arte e à memória enquanto potência. A memória enquanto arte (mnemotécnica), leia-se técnica, remonta à Antiguidade Clássica e carregava consigo um grau elevado de importância na sociedade romana, sendo vista como uma forma de armazenar na memória informações importantes, objetivando uma reprodução idêntica para ser útil a determinados fins. Podemos então perceber a mnemotécnica intimamente ligada à lógica do armazenamento, que, por meio de uma mecânica muito dependente da visão, garante que haja uma ílibada reprodução e recuperação das informações que outrora foram depositadas na memória. Nesse sentido, o armazenamento pode ser encarado como "[...] uma função especial da memória humana, principalmente para decorar conhecimentos como textos litúrgicos, poesias, fórmulas matemáticas ou dados históricos" (Assman, 2011, p. 33).

Ainda durante a Antiguidade clássica, essa noção de memória percebida como uma forma de decorar as informações, recebeu críticas de Platão que, mirando os sofistas, propôs um divórcio entre o conhecimento verdadeiro e aquele que advém do ato de decorar (Assman, 2011). Segundo Joel Candau (2013, p. 41), para o filósofo grego, a memória torna-se a "própria faculdade do conhecer, confundindo-se o esforço de recordação com a procura do verdadeiro" e embora não acredite que o conhecimento se construa a partir do ato de decorar, assume que o esquecimento se apresentava enquanto um risco para o saber, demonstrando, ao nosso ver, que também para ele a memória seria puramente o armazenamento de informações.

Durante o Renascimento, na obsessão dos modernos com a recuperação dos clássicos, a mnemotécnica voltou a ser alçada a um nível de relevância, novamente não sendo poupada

de críticas, percebida por Harald Weinrich como estando numa verdadeira guerra contra a chamada “razão esclarecida” (Assman, 2011). O que notadamente demonstra que, embora a técnica da memorização tenha tido muitos adeptos ao longo da história, nunca se firmou enquanto uma corrente única e inquestionável.

Nesse sentido, é pertinente pontuar que a percepção moderna de memória, atravessada por imprecisões, fora construída ainda na Antiguidade com Aristóteles, que a percebia não como um armazenamento perfeito das informações, mas compreendia um conjunto de aspectos que acabariam por atuar na lembrança, modificando-a. Assim, de acordo com Candau (2013, p. 41), para essa corrente aristotélica “mesmo que as nossas sensações sejam verdadeiras (Epicuro), a *phantasia*, a imaginação ou, muito simplesmente, as opiniões vão desempenhar o papel mediador antes de passar ao arquivo da memória”.

Essa compreensão nos conduz a pensar a memória como potência, que, segundo Aleida Assman (2011), parte do paradigma formulado por Nietzsche no que tange à recordação enquanto formadora de identidade. Se a memória como arte eliminava a dimensão do tempo, apresentando-se como puramente espacial, a recordação não prescinde dela. Diferentemente do ato de decorar, o lembrar (ou recordar) não parte de uma compreensão reprodutiva, numa ótica em que se planeja transmitir exatamente aquilo que fora armazenado na memória. Não há uma deliberação no ato de recordar. Trata-se antes de um ato involuntário, no qual o indivíduo que recorda, no momento da recepção da informação, está inteiramente desgarrado de um objetivo posterior de narrá-la em seus pormenores. Estando a recordação, portanto, sujeita a um processo de transformação, compreende-se a memória como uma potência carregada de certa autonomia em termos cognitivos, ou como “uma energia com leis próprias”. Nesse sentido, evidentemente o esquecimento é um oponente do armazenamento, mas um legítimo aliado da recordação (Assman, 2011).

Segundo Fernando Catroga (2001, p. 20-21), a memória “não é um armazém que, por acumulação, recolhe todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro, mas é retenção afectiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”, sendo exatamente “os seus elos com o esquecimento” os que a obrigam “que somente possa recordar parte do que já se passou”. Assim, retornando ao conto do Borges – Funes, o memorioso –, é possível percebermos que a memória aguçada de Irineu, sempre atenta aos detalhes mais minuciosos de todas as suas histórias de vida, o conduziu para uma vida tortuosa e insustentável. O que a história demonstra é a impossibilidade de se viver e pensar sem o esquecimento. Viver numa realidade em que a memória é um receptor de informações ilimitadas, armazenando-as de maneira indiscriminada, nos conduziria a uma falta de

raciocínio, a uma prisão ao passado e a uma impossibilidade de construir representações acerca do presente e de imaginar o futuro. Logo, o esquecimento não é apenas um aliado da memória, mas é parte constitutiva dela. Só é possível lembrar porque esquecemos. Este dado, apesar de parecer lógico, nem sempre esteve tão evidente e não deixa dúvidas de que, portanto, “a memória é sempre selectiva” (Catroga, 2001, p. 21).

Dito isto, antes de nos dedicarmos a abordar de que forma essa “seleção” ocorre, torna-se pertinente evidenciarmos alguns aspectos da relação dialética entre o “eu” e o “nós” na construção de memórias. De acordo com Catroga (2001, p. 16), “a memória individual é formada pela coexistência tensional e nem sempre pacífica de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc) em permanente construção”. Trata-se de uma percepção que entende a memória numa relação direta com a alteridade, a relação com o outro, que a desperta e modifica as formas de apreensão da realidade.

Maurice Halbwachs (2004), responsável por trazer à tona o conceito de “memória coletiva”, assumia uma dependência da memória individual em relação a ela, compreendendo que o indivíduo não conseguiria construir memórias sem estar inserido numa sociedade e/ou grupo. Tal perspectiva sofreu críticas por parte de Paul Ricoeur (2007) que, buscando pôr à prova essa consequência extremada, postula que a interação entre memória pessoal e a memória coletiva ocorre de maneira mais complexa, percebendo que não há uma passividade do indivíduo frente à coletividade, mas um processo em que uma memória interfere na outra, sendo possível, inclusive, que as memórias pessoais também modifiquem a memória coletiva (Ricoeur, 2007).

A construção dessas memórias coletivas está carregada de uma dimensão social. Assim, Aleida Assman (2011), que trabalha com o conceito de “memória cultural”, está muito preocupada com essa dimensão atrelada às letras/literatura, percebendo como a memória é construída, sobretudo, por meio dos registros escritos, pela arte e pelos monumentos. Ao pensar os espaços de memória, parte da compreensão de que a memória é um fator indispensável para a construção de uma identidade coletiva, que, via de regra, estabelece um sentimento de pertencimento a determinado grupo e/ou sociedade. Esses “espaços de memória” são nada menos que os locais ou práticas culturais em que há uma cultivação e uma preservação da memória, como museus, rituais, dentre outros (Assman, 2011).

Essa noção carrega muitos aspectos de semelhança com a “memória social” desenvolvida por Joel Candau (2013), que percebe como as práticas culturais atuam na construção e transmissão das memórias coletivas. Esses “ritos de recordação” (Catroga, 2001), desempenham um papel fundamental na maneira como essas memórias coletivas serão

transmitidas ao longo das gerações, garantindo, nesse sentido, a manutenção de uma identidade que se construiu no seio de uma sociedade.

2.2 O dilema entre o “lembrar” e o “esquecer”

Evidentemente, ao falarmos em espaços de memória ou ritos de recordação não é possível ignorarmos aquilo que já fora postulado neste trabalho no que diz respeito a um caráter seletivo da memória. Se em termos individuais e cognitivos, como fica explícito no conto do Borges, é necessário que haja o esquecimento para que exista a possibilidade de raciocinar e pensar, é possível fazermos esse deslocamento para uma questão que nos é muito cara e que trata da construção de memórias coletivas e identidades sociais que se formulam numa sociedade e que contam, sobretudo, com a necessidade de políticas de memória.

A memória enquanto tal pode ser percebida como um “resgate do passado”, que seleciona determinados acontecimentos, filtrando-os e modificando-os a partir dos anseios do presente, o que configuraria o ato de recordar (Assman, 2011). Já as políticas de memória estão intimamente ligadas às formas de agir no mundo que estruturam o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. Assim, se a memória por si só é seletiva, as políticas de memória, construídas por uma sociedade e normalmente conduzidas pelo poder estatal, selecionam, objetivando construir identidades coletivas percebidas como as ideais.

De acordo com Michael Pollak (1992, p. 204), tanto a memória individual quanto a memória coletiva são herdadas e passam por uma mudança a depender do momento em que são articuladas, ou seja, “[...] as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. No caso da memória coletiva isso ainda é mais visível. Exemplo disso é quando observamos a estruturação do calendário, que, ao selecionar datas comemorativas, está instituindo uma política de memória que carrega o objetivo de criar um sentimento de identificação comum numa determinada sociedade. Se “[...] a memória é um fenômeno construído”, seja em nível individual seja em nível social, ela claramente passa por um filtro que está ligado aquilo que se deseja que seja lembrado e aquilo que se permite esquecer (Pollak, 1992).

A organização de uma memória cultural depende, sobretudo, das mídias e das políticas, que garantam, por exemplo, a manutenção dos museus, memoriais e arquivos. Se no âmbito individual o processo de recordação advém de regras gerais dos mecanismos psíquicos, quando nos referíamos ao coletivo, ou pensando mais diretamente naquilo que nos é de interesse e que diz respeito à uma memória nacional, ele é dependente de políticas de memória que estruturarão a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento (Assman, 2011).

É nesse sentido que “[...] o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco de deformação, da redução e da instrumentalização da recordação” (ASSMAN, 2011, p. 19). Ou seja, a estruturação por parte de uma sociedade, mormente quando dirigida por um Estado Nacional, das memórias que se deseja que sejam recordadas, não podem ser dissociadas das relações de poder que permeiam a arena política. Trata-se de percebermos como a estruturação dessas políticas estão sempre ligadas aos interesses de grupos e que, por isso, muitas vezes as recordações podem ser afetadas e deformadas para atender a determinados fins.

Pondera-se, no entanto, que essa “deformação” não necessariamente significa que haja uma falsificação dos acontecimentos passados, embora possa haver, mas que há um processo de escolha que inegavelmente dará ênfase a determinados aspectos da recordação em detrimento de outros. Pode-se mobilizar o conceito de *mémoire manipulée*, ou memória manipulada, formulado por Paul Ricoeur, que, está relacionada à narratividade, “no sentido em que qualquer narrativa é selectiva e implicará, passiva ou activamente, um determinado nível de esquecimento acerca de como se poderia ter contado a história de maneira diferente” (Hyussen, 2014, p. 31).

Assim, Hyussen (2014, 2014, p. 31), demonstra como a memória, numa relação entre passado e os anseios do presente, pode ser utilizada pelo Estado com a finalidade de alcançar um objetivo dentro de determinada conjuntura, evidenciando como uma política de memória está intimamente ligada a políticas de esquecimento público necessárias para a “[...] existência de reivindicações culturais, legais e simbólicas que vão no sentido de uma memória política nacional”.

3 A IMPRENSA ENQUANTO PRODUTORA DE POLÍTICAS DE MEMÓRIA

Com base nessas considerações, lançaremos luz acerca dos eventos que balançaram o Império do Brasil em meados do século XIX. Quando, em dezembro de 1864, o Mato Grosso é invadido por tropas paraguaias, urge a necessidade de se mobilizar todos os recursos indispensáveis para garantir que haja uma vitória por parte do Brasil. Após o decreto dos Voluntários da Pátria assinado em 7 de janeiro de 1865, que tinha o objetivo de incentivar o alistamento militar, a imprensa, sobretudo a revista *Semana Illustrada*, muito afinada ao império, inicia o projeto de estimular a população a aderir à causa da guerra. Para isso, há um esforço em exaltar a imagem dos soldados brasileiros, na linha de frente da resistência ao ataque sofrido.

Tal dado poderia ser de pouca importância não fosse a visão negativa do Exército que predominava na época. Tratava-se de uma instituição vista com profundo desprezo pelos grupos que compunham a elite, fundamentalmente pelo baixo grau de prestígio social, aliado aos inúmeros castigos corporais que esses indivíduos enfrentavam, sendo essencialmente associada aos homens menosprezados pela população, como os criminosos e aqueles considerados vagabundos (Salles, 1990).

Assim, num momento de necessidade, a imprensa se atribui o dever de prestar todos os tipos de honrarias aos que iam em defesa da pátria. Mais do que defender o território, os soldados brasileiros cumpriam um papel civilizador contra a barbárie que tentava imputar sua opressão à região e, para isso, o Império “buscou legitimar o apoio e a cooperação coletiva, intensificando o apelo patriótico para despertar e nutrir o sentimento nacional contrapondo-se ao inimigo comum, o Paraguai” (Souza, 2007, p. 24).

Dito isto, faz-se necessário lembrarmos que na década de 1860 a população ainda não se identificava enquanto uma nação, com interesses em comum que compreendiam a totalidade do território brasileiro, estando essa identidade muito circunscrita aos anseios locais das províncias. Carvalho (1999, p. 246) nos mostra que naquele momento a ideia de uma nação não passava de uma invenção que a elite desejava que se expandisse para além das fronteiras do imaginário. Apesar de o próprio autor considerar que a Guerra do Paraguai foi um evento que causou no início da luta um “genuíno entusiasmo cívico e formação de batalhões de voluntários”, quando, talvez, “pela primeira vez um sentido positivo de pátria brasileira tenha começado a desenvolver-se entre a população”, podemos afirmar que em 1865, sem dúvidas, este sentimento estava longe de ser universal.

Pois bem, a utilização de uma retórica beligerante se faz presente nas páginas da *Semana Ilustrada*. Os discursos no primeiro ano do conflito apelam constantemente para um sentimento patriótico da população e a Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, tal como outras vitórias colecionadas pela esquadra brasileira, serviu para consolidar a proliferação de tais exposições. Devido a distância e os problemas de comunicação típicos do período, as notícias sobre a batalha só apareceram na revista a partir do dia 2 de julho de 1865, quase um mês após a luta. Criticando indivíduos que propagavam notícias ditas mentirosas, o periódico constatou que eles “inventam naufrágios, derrotas, invasões e dão tal entoação a voz, revestem-se de ares tão sinistros, gesticulam tão significativamente que os crédulos e desprevenidos, que os ouvem, não podem esquivar-se do pânico” (*Semana Ilustrada*, edição 239, 1865, p. 1905) e pedia providências para que os caluniadores fossem punidos.

Embora a vitória em Riachuelo tenha sido essencial para o caminhar da guerra, tendo em vista que isolou o Paraguai ao deixá-lo alijado do acesso ao mar, também acarretou em perdas materiais para o Brasil e os aliados (o Uruguai e Buenos Aires), como o navio *Jequitinhonha* e 124 homens (Doratioto, 2002). No entanto, o periódico não parecia estar muito interessado em evidenciar tais perdas, exaltando fortemente a vitória e a eficiência do Exército imperial, afinal de contas o “1º batalhão dos voluntários fluminenses não foi esmagado, resistiu, brilhou, e, se perdeu gente, foi para batizar-se no sangue generoso que o Brasil tem o dever de derramar em desafronta de seus bríos” (*Semana Illustrada*, edição 239, 1865, p. 1905). Tratava-se de tentar construir uma memória positiva acerca da batalha, selecionando as benfeitorias e minimizando os prejuízos sendo esta a estratégia que se tornará proeminente imediatamente após essa primeira grande vitória contra o Paraguai.

Figura 1- Honras aos soldados.



Fonte: *Semana Illustrada* (RJ), edição 240, 1865, p. 1916.

A imagem (Figura 1) nos é interessante por algumas razões. De acordo com Aleida Assman (2011), “[...] a memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memoração dos mortos” e o que percebemos ao analisar a imagem é que ela busca homenagear aqueles que tiveram as suas vidas ceifadas durante a Batalha do Riachuelo, objetivando não permitir

que a sua luta seja apagada. Num país ainda em construção, a busca por construir um sentimento nacional requer por obviedade a construção de uma memória cultural e isto pode ser realizada através da fama daqueles que lutaram pela causa nacional. Trata-se do reconhecimento daqueles que morreram pela promessa de uma eternidade nacional.

Por outro lado, cabe ressaltar que a guerra contra o Paraguai nunca conseguiu um consenso dentro da sociedade brasileira em torno de sua pertinência e teve a sua imagem profundamente abalada após os acontecimentos que se desenrolaram, sobretudo, a partir de finais de 1866. Se por um lado é possível afirmarmos que provavelmente o conflito tenha vivido o seu momento mais popular, ou menos impopular, no primeiro ano, por outro observa-se um forte declínio de sua imagem positiva após a impetuosa derrota das tropas aliadas na Batalha de Curupaiti. Uma guerra que despertava grande entusiasmo, principalmente pela perspectiva de que não tardaria a findar, começava a se mostrar mais complexa do que pudera prever o Império.

Era dia 22 de setembro de 1866 quando Bartolomé Mitre, comandante-em-chefe dos aliados e presidente de Buenos Aires, ordenou a invasão à Curupaiti. A batalha foi cercada de desavenças no alto comando antes mesmo do seu início, dada a forte desconfiança dos generais brasileiros em relação ao líder argentino, levando em consideração a notória rivalidade que historicamente fazia parte das relações entre o Brasil e a antiga colônia espanhola.

Concomitante a isso, as dificuldades de ordem meteorológicas e o desconhecimento do território paraguaio serviram de complicações para os planos aliados (Doratioto, 2002). A batalha foi, sem dúvidas, a maior derrota da Tríplice Aliança durante os quase seis anos em que perdurou a guerra, trazendo algumas esperanças para o Paraguai e abrindo um arsenal de questionamentos na Corte sobre a condução do conflito.

Não obstante, seria um equívoco afirmarmos que as críticas ao conflito se iniciaram apenas após a grande derrota. No dia 23 de setembro, momento no qual seria impossível na Corte já haver informações acerca do ocorrido no Paraguai, devido às dificuldades de comunicação do período, a *Semana Ilustrada* expõe sua opinião de que “[...] antes de lutarem cá dentro os exércitos aguerridos da política”, deveriam tratar “[...] de acabar com a luta que sustentam os exércitos nacionais lá fora”. Desta forma, o periódico expressava seu desejo de que a guerra chegasse ao fim, sem deixar de pedir a benção divina para que o exército brasileiro conquistasse uma “[...] vitória completa no campo da batalha onde têm dado tantas provas de valor e de paciência”, pois se as “novas vitórias já engrinaldaram a cabeça dos bravos, poucas faltam para completar a sua missão” (Semana Ilustrada, edição 302, 1866, p.

2410). Assim, compreendendo que o Exército e a população aguardavam pacientemente pelo desfecho da guerra, exalta os combates nos quais os aliados foram bem-sucedidos, invocando uma memória positiva, e escolhendo inflar a esperança de que a guerra não se prolongaria exatamente para manter vivo o sentimento de união nacional.

A repercussão negativa da derrota em Curupaiti se expandiu, sobretudo, devido ao contingente de soldados que foram feridos ou mortos no combate. Na *Semana Illustrada*, embora encontremos inúmeras notícias com lamentações profundas por conta das perdas, tentava-se minimizar, na medida do possível, os impactos de tal derrota. A partir de um diálogo entre o Dr. Semana – personagem principal da revista e que muitos afirmavam se tratar de um *alter ego* do seu editor, o Henrique Fleuss – e o Sr. Boato, personagem que busca representar as notícias que transcorriam pelos espaços públicos e se apresenta como “[...] natural de toda a parte e vivo desde que o mundo contou vinte pessoas”, o primeiro enfatiza sua busca por novidades a serem publicadas quando recebe a visita do segundo. Segue a conversa:

- Quer novidades? perguntou ele.
- Sim, preciso algumas.
- Aqui vão elas. Primeiramente o Porto-Alegre morreu.
- Oh! meu caro, Sr. Boato, essa notícia que V. S. fez correr, com a chegada de um vapor do Rio da Prata, já morreu de velha e abandonada de todos. O Porto-Alegre está tão vivo como eu.
- Bem; mas sabe que no ataque de Curupaiti morreram 14,000 pessoas...
- Também é falso. As partes oficiais, as correspondências particulares, todas dizem o contrário disso. Já ninguém acredita nisso.
- [...]
- Mas então que novidades quer o Doutor?
- Novidades verdadeiras.... O Boato lambeu os beiços com a sua enorme língua.
- Pois estas.... Estou pasmado! Dar-se-á caso que no Rio de Janeiro já não se acredite nas novidades que eu costumo dar ?
- Oh! Acredita-se e nunca V.S. teve maior colheita de louros. Quer experimentar uma coisa? Fique no largo do Paço no dia em que chegar um pacote do sul. ' primeira pessoa que passar diga-lhe que morreram no sul 1000 em um ataque. Quando a notícia chegar ao Aterrado já os mortos chegarão a 3000. Imagine o que não será em Benfica! (Semana Illustrada, edição 305, 1866, p. 2434)

Num tom crítico, a *Semana Illustrada* demonstrava como as notícias se espalhavam rapidamente e convenciam boa parte da população. Sugere também que tais informações que circulavam pelo Império não condiziam com a realidade, acusando os indivíduos de proliferarem discursos hiperbólicos e insidiosos. Ao utilizar exemplos comprovadamente errôneos, como a morte de Porto Alegre, embaraça-os com fatos ainda pouco apurados, como é o caso do número de mortos no campo de batalha em Curupaiti.

As perdas humanas do ocorrido repercutiram muito fortemente pela Corte, e nem mesmo as pesquisas mais recentes foram capazes de encontrar um consenso em torno do

número de baixas. Segundo Doratioto (2002), as estimativas vão de 3 a 10 mil baixas, entre mortos e feridos, para o lado aliado, o que notadamente simboliza um número muito elevado para a realidade do século XIX. Assim, afirmar que em Curupaiti 14 mil pessoas perderam a vida, como é relatado na revista, soa bastante exagerado, embora o conflito, não há como negar, tenha representado uma catástrofe para os atacantes, sobretudo se considerarmos as perdas paraguaias que, segundo as estimativas, giram em torno de 50 homens (Doratioto, 2002). Tal dado, por sua vez, demonstra uma disputa que se fazia presente em torno da construção de um discurso precipitador de uma memória acerca do vivido.

A despeito da derrota, a revista inicia de maneira esperançosa uma exaltação ao Brasil, pois “[...] felizmente, graças ao brio nacional e ao incessante cuidado do governo do país, a guerra parece aproximar-se ao seu termo” e “[...] se já não está finda, se os gozos de paz durável ainda se fazem esperar, a causa de que assim aconteça não pode nem de deve ser atribuída ao governo imperial” (Semana Illustrada, edição 307, 1866, p. 2454). Desta forma, tenta-se tirar a responsabilidade do Império sobre o infortúnio, afinal “Curupaiti foi um revés. A sorte da guerra é vária. Quem muitas vezes vence, pode uma vez ser vencido”. Assim, tratou-se, para ela, somente de um golpe de azar, no qual a batalha representou um momento em que a imprevisibilidade os conduziu a derrota, mas que poderia ser contornada no futuro, sendo “[...] um insucesso, que em nada deslustrou a glória e a honra dos soldados e dos marujos brasileiros”.

Para o periódico, tal desvio não deveria ser capaz de se sobrepor às boas previsões, garantindo que “[...] a guerra vai entrar em nova fase e abrir novas datas de triunfos” (Semana Illustrada, edição 307, 1866, p. 2454). Ora, não seria possível para o periódico ignorar os acontecimentos nos campos de batalha dada a repercussão que a mesma teve na Corte. Mas, ao tecer críticas acerca do ocorrido, busca retirar do Império a responsabilidade da grande derrota sofrida. O seu empenho está em, apesar de lamentar as mortes brasileiras nos campos de batalha, evidenciar que o governo estava fazendo um bom trabalho até aquele momento. Dessa forma, utiliza-se de uma memória das batalhas que foram vencidas na tentativa de construir a ideia de que a guerra caminhava no rumo certo e evitar uma desancoragem das expectativas em relação ao seu termo.

Além disso, expressando desdenho por Solano López, presidente do Paraguai, a revista afirma que

[...] o inimigo do Brasil e da civilização, jactancioso e animado pelo insucesso de Curupaiti, conta aproveitar-se de outros reveses, e zombar dos grandes recursos do Império, que sempre pretendeu puni-lo severamente pelos crimes de violação de

tratados, de invasão de território, de apresamento de navios, de degolação de vítimas indefesas, de escandalosa imoralidade, tudo praticado a poder de perfídias, traições e infâmias (*Semana Illustrada*, edição 307, 1866, p. 2454).

A menção à Solano López demonstra que há o objetivo de se construir a imagem de um indivíduo que, até pouco tempo antes, a sociedade não conhecia. Se a memória é sempre construída a partir de uma relação de alteridade, como nos mostra Catroga (2001), um sentimento de pertencimento nacional, e também de uma memória nacional e coletiva, também o é. Afinal de contas, a construção de uma identidade pressupõe que seja feita uma diferenciação com o outro. Num momento de guerra isto se torna ainda mais evidente e, canalizando isto na figura do principal líder do Paraguai, há uma notória política de memória que busca culpabilizar o outro, fazendo uma diferenciação entre a vítima – o Brasil – e o agressor – o Paraguai.

A construção dessa ambiguidade entre a vítima e o agressor se faz, como visto, por meio de uma política de memória, mas que também está intimamente ligada a uma política de esquecimento. Enquadrar um único indivíduo como o principal culpado pela guerra, como foi feito durante o seu desenrolar, e também após o seu termo, requer que haja a construção de uma narrativa que apague as decisões do Império que fez com que Solano López tomasse a decisão do ataque, como uma invasão anterior, realizada pelo Brasil no Uruguai, em 1864². Seria D. Pedro II também um inimigo da civilização? Certamente não o seria se dependesse da revista *Semana Illustrada*.

4 CONCLUSÕES

Longe de objetivarmos esgotar um debate acerca das políticas de memória, procuramos demonstrar como o esquecimento é um fator constitutivo da memória. A recordação, diferentemente de uma noção da memória enquanto armazenamento, é formada a partir de filtros que atuam sobre ela, modificando-a. Esse processo de metamorfose do qual a memória é vítima, quando alçado a uma coletividade, sobretudo no que diz respeito à uma memória coletiva e/ou nacional, requer a necessidade de políticas de memória.

Essas políticas de memória são construídas a partir das mídias e a imprensa possui um papel fundamental nesse processo. A partir da seleção entre o que deve ser evidenciado, portanto lembrado, e o que deve ser esquecido, a revista *Semana Illustrada* também, num

² Há um certo consenso historiográfico quanto ao fato de que a interferência do Brasil nas questões políticas do Uruguai em 1864, inclusive com o envio de tropas para garantir que os seus aliados assumissem o poder, foi o estopim para a decisão de Solano López de invadir o território brasileiro em represália.

momento de guerra, buscou construir memórias acerca dos eventos que se desenrolavam nos campos de batalha, produzindo narrativas que criavam representações e, por conseguinte, uma memória coletiva que, em última instância, almejava garantir o engajamento da população à causa da guerra e, por conseguinte, a legitimidade para a sua manutenção.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora de campinas, 2011.
- BORGES, Jorge Luis. *Funes, o memorioso*. Obras completas. v. I. São Paulo: Globo, 1999.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história, historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.
- HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.
- MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (org.). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, pp. 153-181.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SANTIAGO, Bruna Oliveira. *Humor e artes gráficas: a representação do negro na revista Semana Ilustrada (1860-1876)*. Tese de Doutorado, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SOUZA, Maria Regina Santos de. *Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará (1865-1870)*. Dissertação de mestrado, História, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2007.

Informações Adicionais

<i>Biografia profissional</i>	Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Realiza pesquisas sobre a História do Brasil independente com enfoque na Guerra do Paraguai, sobretudo em temas concernentes à política do Segundo Reinado e às representações sociais na Corte do Rio de Janeiro. Tem interesse na história da escravidão, da imprensa e da política no século XIX. Kursou um semestre em Mobilidade Acadêmica Internacional pela Universidade do Porto, em Portugal. Atualmente atua como docente na educação básica, ministrando aulas de História e Sociologia.
<i>Endereço para correspondência</i>	Centro Educacional Professor Elias. RJ-140, KM 17 - Nº 6562 - São João, São Pedro da Aldeia - RJ, 28943-042.
<i>Financiamento</i>	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Processo: 88887.965941/2024-00
<i>Conflito de interesse</i>	Nenhum conflito de interesse foi declarado.
<i>Aprovação no comitê de ética</i>	Declaro que a pesquisa foi enviada a comitê de ética e sob o número do processo: CAAE: 67192023.6.0000.0018
<i>Preprint</i>	O artigo não é um preprint.
<i>Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais</i>	Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.
<i>Método de avaliação</i>	Revisão por pares anônima dupla (Double anonymous peer review).
<i>Direitos autorais</i>	Copyright © 2025, Souza, Felipe Rodrigues de.
<i>Licença</i>	Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (Licença CC BY).

***Histórico
editorial***

Data de Submissão: 02/08/2024

Data de aprovação: 14/11/2024